

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019
AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1767052 - SP (2018/0242095-2)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : SANDRA DO NASCIMENTO GOMES ROCHA
AGRAVANTE : EDER ROGERIO FERREIRA ROCHA
AGRAVANTE : NIVALDO MUSSIO
AGRAVANTE : SOELI CORREA PIMENTEL
AGRAVANTE : ANA CLAUDIA LEITE MONTEIRO SILVA
AGRAVANTE : CRISTIANO FRANCISCO
AGRAVANTE : MARIA CLARA TAVARES ALVES DA SILVA
AGRAVANTE : SANTA DOMINGUES DOS SANTOS
AGRAVANTE : JOACIR CARLOS DOS REIS
AGRAVANTE : LIVALDO RIBEIRO PINTO
AGRAVANTE : ANTONIA DE FATIMA OLIVEIRA DE MORAES
AGRAVANTE : JOSE AUGUSTO SOARES MOTA
AGRAVANTE : JOSE CARLOS SCAVACIN
AGRAVANTE : LUZIA APARECIDA DA SILVA E SILVA
AGRAVANTE : JESUITA LIMA REIS
AGRAVANTE : VALDECIR ANTONIO DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : PAULO ROBERTO GUERREIRO
AGRAVANTE : APARECIDA BRAGA
AGRAVANTE : MARIA LUIZA DO NASCIMENTO
AGRAVANTE : VALDIR APARECIDO MARTELI DA SILVA
ADVOGADO : FELIPE MARTINS FLORES E OUTRO(S) - SP309001
AGRAVADO : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS : SAMIRA REBECA FERRARI - SP279477
LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA E OUTRO(S) - SP398091
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : ANDRÉ LUIZ VIEIRA E OUTRO(S) - SP241878

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF. DEVOLUÇÃO DO FEITO AO TRIBUNAL A *QUO* PARA FINS DE JUÍZO DE RETRATAÇÃO/CONFORMAÇÃO. ATO DESTITUÍDO DE CARÁTER DECISÓRIO. IRRECORRIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. O ato judicial que determina o sobrestamento e/ou devolução dos autos à origem, a fim de que lá seja exercido o competente juízo de retratação/conformação após o julgamento de questão cuja repercussão geral foi reconhecida pelo STF (arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015), não possui conteúdo decisório, razão pela qual é irrecorrível. Além disso, nesses casos revela-se a primazia do viés constitucional do tema em debate. Precedentes.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Regina Helena Costa.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina
Relator

